

# Índice geral

## TÍTULO I INTRODUÇÃO

Capítulo I – Breve histórico do trabalho humano . . . . .	3
I – O começo desta história . . . . .	3
II – Escravidão. . . . .	4
III – Locação de trabalho livre. . . . .	5
IV – Servidão . . . . .	6
V – A mita espanhola . . . . .	7
VI – Corporações de ofício . . . . .	8
VII – Renascença . . . . .	9
VIII – Manufaturas monopolistas . . . . .	10
IX – Da Revolução Industrial à era da informática . . . . .	11
Capítulo II – Formação histórica e ideológica do Direito do Trabalho . . . . .	13
I – A Revolução Francesa e a exploração do trabalhador. . . . .	13
II – O pioneirismo de OWEN e a organização sindical . . . . .	15
III – A conquista das primeiras leis de proteção ao trabalho . . . . .	17
IV – Do manifesto de MARX-ENGELS à legalização do sindicato . . . . .	18
V – BISMARCK, os seguros sociais e a internacionalização das leis social-trabalhistas . . . . .	20
VI – LEÃO XIII, a doutrina social da Igreja e a multiplicação das leis social-trabalhistas . . . . .	22
VII – Ação de intelectuais e de sindicatos em prol do Direito do Trabalho. . . . .	24
VIII – Tratado de Versailles: a consagração do Direito do Trabalho e a criação da OIT . . . . .	25
IX – Caráter intervencionista do Direito do Trabalho. . . . .	27

Capítulo III – Evolução do Direito do Trabalho no Brasil .....	31
I – Da Independência à República (1822-1889) .....	31
II – A primeira República (1889-1930) .....	33
III – O Governo Provisório da Revolução de 1930 .....	35
IV – O período da Constituição de 1934 .....	38
V – O período da Carta de 1937 e a CLT .....	39
VI – O período da Constituição de 1946 .....	44
VII – O período da Constituição de 1967 .....	46
VIII – A Constituição de 1988 .....	48
Capítulo IV – Reflexos da globalização da economia nas relações de trabalho .....	51
I – Globalização da economia .....	51
II – Desregulamentação ou flexibilização do Direito do Trabalho. ....	54
Capítulo V – Direito Internacional do Trabalho .....	59
I – Considerações preliminares .....	59
II – Finalidade e objeto .....	60
III – A Declaração Universal dos Direitos do Homem e os direitos sociais tratados pela ONU .....	61
IV – Organização Internacional do Trabalho (OIT) .....	63
A – Natureza jurídica, competência e membros .....	63
B – Órgãos: composição e atribuições. Tripartismo. ....	65
C – Atividade normativa: convenções e recomendações .....	68
D – Integração das normas internacionais no direito nacional. Efeitos da ratificação. ....	71
E – Controle da aplicação das normas .....	73

## TÍTULO II

### TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I – Conceito e objeto do Direito do Trabalho .....	79
Capítulo II – Terminologia .....	85
Capítulo III – Autonomia e relações do Direito do Trabalho .....	89
I – Considerações gerais .....	89
II – Autonomia científica .....	90
III – Principais relações do Direito do Trabalho .....	92
A – Interdependência científica .....	92
B – Economia .....	92
C – Direito Constitucional .....	93
D – Direito Civil .....	94
E – Direito Comercial .....	95
F – Direito Penal .....	96

C – Direito Processual Civil .....	96
H – Direito Administrativo .....	97
I – Direito Internacional .....	97
J – Previdência Social .....	98
<b>Capítulo IV – Natureza Jurídica do Direito do Trabalho .....</b>	<b>101</b>
I – Direito público e direito privado .....	101
II – Direito Social .....	103
III – Natureza mista com unidade conceitual .....	104
IV – Classificação das normas do sistema brasileiro .....	106
<b>Capítulo V – Princípios do Direito do Trabalho .....</b>	<b>109</b>
I – Conceituação de princípio .....	109
II – Princípios constitucionais gerais .....	112
III – Princípios constitucionais alusivos ao Direito do Trabalho .....	114
IV – Princípios deduzidos dos sistemas legais .....	116
V – O princípio protetor e seus corolários .....	116
VI – Considerações finais .....	120
<b>Capítulo VI – Fontes do Direito do Trabalho .....</b>	<b>123</b>
I – Considerações gerais .....	123
II – Constituição .....	124
III – Normas internacionais .....	125
IV – Leis .....	126
V – Regulamentos e portarias .....	128
VI – Sentenças normativas .....	129
VII – Convenções coletivas de trabalho .....	130
VIII – Regulamento de empresa .....	132
IX – Costume e fontes subsidiárias .....	132
X – Hierarquia das fontes formais de direito .....	135
<b>Capítulo VII – Interpretação e Aplicação da Norma Trabalhista .....</b>	<b>139</b>
I – Métodos de interpretação .....	139
II – Normas gerais, especiais e excepcionais .....	141
III – O art. 5º da LICCB e o art. 8º da CLT .....	141
IV – Abuso de direito e fraude à lei .....	144
<b>Capítulo VIII – Relações de trabalho .....</b>	<b>149</b>
I – Emenda Constitucional nº 45 .....	149
II – Da relação de trabalho .....	150
III – Algumas modalidades de relação do trabalho .....	151
IV – Legislação aplicável .....	155
V – Princípios pertinentes .....	156
VI – Trabalhadores autônomos .....	157
VII – Relação de trabalho e relação de consumo .....	158

## TÍTULO III INCIDÊNCIA DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I – Reflexos do Código Civil nas relações de trabalho . . .	163
Capítulo II – Pessoas e categorias sujeitas às leis trabalhistas. . .	169
I – Tendência e estatística . . . . .	169
II – Disposições constitucionais . . . . .	170
III – Empregado e trabalhador autônomo . . . . .	171
IV – Trabalhador avulso . . . . .	174
V – Empregado doméstico . . . . .	176
VI – Servidor público civil e militares. . . . .	179
VII – Trabalhador rural . . . . .	181
VIII – Cooperativas de trabalho . . . . .	183
IX – Religiosos . . . . .	186
X – Microempresa e empresa de pequeno porte. . . . .	187
Capítulo III – Conflito de leis no tempo . . . . .	189
Capítulo IV – Conflito de leis no espaço. . . . .	193
I – Direito uniforme e conflito de leis. . . . .	193
II – Normas internacionais sobre o conflito de leis do trabalho. . . . .	195
III – Direito brasileiro . . . . .	198
A – Considerações gerais. . . . .	198
B – Capacidade das partes, modalidade e forma do contrato de trabalho . . . . .	199
C – Execução e cessação do contrato de trabalho . . . . .	200
D – Situações especiais: técnicos estrangeiros, serviços de engenharia no exterior e empresa binacional ITAIPU . . . . .	203
E – Jurisdição competente . . . . .	205
F – Imunidade de jurisdição . . . . .	206

## TÍTULO IV CONTRATO DE TRABALHO

Capítulo I – O empregador como sujeito do contrato de trabalho . . .	211
I – Conceito de empregador . . . . .	211
II – Empresa e estabelecimento . . . . .	215
III – Grupo empregador . . . . .	216
IV – Consórcio . . . . .	222
V – Sucessão de empresas. . . . .	224
VI – Terceirização e trabalho temporário . . . . .	227
VII – Regulamento de empresa. . . . .	231
Capítulo II – Contrato de trabalho e empregado . . . . .	235
I – Conceituação do contrato de trabalho . . . . .	235



II – Subordinação jurídica do empregado . . . . .	237
III – Serviços eventuais . . . . .	239
IV – Trabalho manual, técnico ou intelectual . . . . .	240
V – Cargos de confiança . . . . .	242
VI – Sócio e empregado . . . . .	243
<b>Capítulo III – Natureza jurídica e contratos afins. . . . .</b>	<b>245</b>
I – Teorias explicativas da relação de emprego . . . . .	245
II – Características do contrato de trabalho . . . . .	249
III – Distinção entre o contrato de trabalho e contratos afins . . . . .	250
<b>Capítulo IV – Validade do contrato e efeito das nulidades. . . . .</b>	<b>255</b>
I – Pressupostos da validade contratual. . . . .	255
II – Efeito das nulidades nas relações de trabalho . . . . .	256
III – Capacidade e objeto . . . . .	257
IV – Forma . . . . .	260
<b>Capítulo V – Duração do contrato . . . . .</b>	<b>263</b>
I – Contrato por prazo indeterminado . . . . .	263
II – Contrato por prazo determinado . . . . .	264
III – Contrato provisório especial . . . . .	265
IV – Tempo de serviço . . . . .	268
<b>Capítulo VI – Contratos especiais. . . . .</b>	<b>271</b>
I – Considerações preliminares . . . . .	271
II – Contrato de experiência . . . . .	272
III – Contrato de equipe . . . . .	272
IV – Contrato de aprendizagem . . . . .	274
A – Considerações gerais. . . . .	274
B – Legislação brasileira . . . . .	275
<b>Capítulo VII – Direitos e obrigações dos contratantes . . . . .</b>	<b>277</b>
I – Empregador . . . . .	277
A – Poder de Comando. . . . .	277
B – Multa . . . . .	279
C – Obrigações . . . . .	279
II – Empregado . . . . .	280
III – Inventos e modelos de utilidade . . . . .	280
<b>Capítulo VIII – Prova . . . . .</b>	<b>283</b>
I – Carteira de trabalho e previdência social . . . . .	283
II – Salário. . . . .	284
III – Ônus da prova . . . . .	285

<b>Capítulo IX – Renúncia e transação</b> .....	287
I – Distinções necessárias .....	287
II – Limites da inderrogabilidade de direitos .....	288
III – Momentos da renúncia .....	289
IV – Transação .....	291
V – Recibos de quitação .....	292
 <b>Capítulo X – Suspensão do contrato de trabalho</b> .....	 297
I – Considerações preliminares .....	297
II – Efeitos jurídicos .....	298
III – Serviço militar e encargo público civil .....	299
IV – Mandato sindical .....	301
V – Suspensão disciplinar .....	302
VI – Greve .....	304
VII – Benefícios previdenciários .....	306
VIII – Suspensão bilateral do contrato de trabalho .....	313
 <b>Capítulo XI – Interrupção remunerada da prestação de serviços</b> .....	 315
I – Efeitos jurídicos .....	315
II – Natureza jurídica da remuneração .....	316
III – Ausências legais .....	318
IV – Doença até quinze dias .....	320
V – Repouso remunerados: descanso semanal e em feriados, férias anuais e licença à gestante .....	322
VI – Convocação militar de reservista .....	323
VII – Paralisação da empresa, voluntária ou involuntária .....	324
 <b>Capítulo XII – Alteração do contrato de trabalho</b> .....	 329
I – Modalidades .....	329
II – Alterações permitidas por lei .....	330
III – Exegese do art. 468 da CLT .....	331
IV – <i>Jus variandi</i> .....	334
V – Transferência do local de trabalho .....	337
A – Considerações preliminares .....	337
B – Mudança de domicílio .....	337
C – Cargo de confiança .....	338
D – Necessidade de serviço .....	338
E – Extinção do estabelecimento .....	339
F – Despesas da transferência .....	341
 <b>Capítulo XIII – Terminação do contrato de trabalho</b> .....	 343
I – Nomenclatura .....	343
II – Configuração da despedida .....	345

III – Justas causas para a rescisão do contrato de trabalho . . . . .	346
A – Conceito. . . . .	346
B – Natureza do elenco dos atos faltosos. . . . .	346
C – Atualidade e perdão tácito . . . . .	347
D – Proporcionalidade e dupla punição. . . . .	348
IV – Análise das justas causas para a despedida. . . . .	348
A – Considerações gerais. . . . .	348
B – Improbidade . . . . .	349
C – Incontinência de conduta ou mau procedimento . . . . .	350
D – Negociação concorrente. . . . .	351
E – Condenação criminal. . . . .	351
F – Desídia. . . . .	352
G – Embriaguez . . . . .	353
H – Violação de segredo da empresa. . . . .	354
I – Indisciplina e insubordinação. . . . .	354
J – Abandono de emprego. . . . .	355
K – Ofensas físicas ou morais. . . . .	356
L – Jogos de azar . . . . .	356
M – Outras faltas . . . . .	357
V – Despedida indireta . . . . .	358
VI – Outros casos de terminação do contrato de trabalho . . . . .	360
A – Obrigações legais incompatíveis com o emprego . . . . .	360
B – Morte do empregador . . . . .	361
C – Aposentadoria do empregado. . . . .	361
D – Força maior e <i>factum principis</i> . . . . .	361
E – Falência e concurso de credores. . . . .	362
VII – Culpa recíproca . . . . .	363
VIII – Aviso prévio . . . . .	364
IX – Seguro-desemprego. . . . .	366
Capítulo XIV – FGTS e Indenizações . . . . .	369
I – A Constituição de 1988 e a Convenção OIT-158 . . . . .	369
II – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. . . . .	370
A – Formação e gestão . . . . .	370
B – Movimentação . . . . .	372
C – Fiscalização e ação judicial . . . . .	373
III – Indenização compensatória . . . . .	373
IV – Dano moral. . . . .	375
A – Repúdio internacional e nacional . . . . .	375
B – Dano moral na relação de emprego. . . . .	377
Capítulo XV – Estabilidade no emprego . . . . .	383
I – Da estabilidade absoluta à ampliação do direito de despedir. A Convenção OIT-158 . . . . .	383

II – Antecedentes legislativos no Brasil . . . . .	387
III – A Constituição de 1988 e o fim da estabilidade decenal . . . . .	388
IV – Natureza jurídica . . . . .	390
V – Fontes geradoras da estabilidade . . . . .	391
A – Constituição, leis, contratos e precedentes normativos . . . . .	391
B – Dirigentes sindicais . . . . .	395
C – Empregada gestante . . . . .	400
D – Membros da CIPA . . . . .	401
VI – Cargos e situações que não geram a estabilidade . . . . .	402
A – Cargos de confiança . . . . .	402
B – Comissão, substituição, interinidade e contrato a prazo . . . . .	403
VII – Extinção da estabilidade . . . . .	404
A – Falta grave . . . . .	404
B – Extinção da empresa, estabelecimento ou setor . . . . .	406
C – Renúncia . . . . .	407
VIII – Reintegração do empregado . . . . .	408

## TÍTULO V NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

Capítulo I – Salário . . . . .	413
I – Fundamentos e objetivos . . . . .	413
II – Regulamentação internacional . . . . .	415
III – Política salarial brasileira . . . . .	418
IV – Considerações gerais . . . . .	421
A – Elementos componentes do salário . . . . .	421
B – Salário básico e sobressalário . . . . .	422
C – Trabalho gratuito . . . . .	423
D – Salário aleatório . . . . .	424
V – Salário utilidade . . . . .	424
A – Caracterização . . . . .	424
B – Alimentação . . . . .	424
C – Habitação . . . . .	425
D – Transporte . . . . .	427
E – Vestuário . . . . .	429
F – Valor pecuniário . . . . .	429
VI – Salário mínimo . . . . .	430
VII – Piso salarial e salário profissional . . . . .	432
VIII – Comissão . . . . .	433
IX – Gratificação e prêmios . . . . .	435
A – Gratificação ajustada . . . . .	435
B – Gratificação natalina (13º salário) . . . . .	437
C – Prêmio . . . . .	439
X – Diárias e ajudas de custo . . . . .	440
XI – Gorjetas . . . . .	441



XII – Salário-família . . . . .	442
XIII – Isonomia salarial . . . . .	445
A – Direito internacional . . . . .	445
B – Direito brasileiro . . . . .	446
XIV – Proteção ao salário . . . . .	449
A – Inalterabilidade e irredutibilidade . . . . .	449
B – Integralidade . . . . .	450
C – Intangibilidade . . . . .	452
D – Condições do pagamento . . . . .	453
E – Inadimplemento e mora contumaz . . . . .	453
Capítulo II – Participação nos lucros . . . . .	455
I – De Napoleão a João Paulo II . . . . .	455
II – A Constituição brasileira e a natureza jurídica da participação . . . . .	456
III – Regulamentação da norma constitucional . . . . .	458
Capítulo III – Duração do trabalho . . . . .	463
I – Fundamentos e universalização da limitação de tempo de trabalho . . . . .	463
II – Duração do trabalho no Brasil . . . . .	465
A – Histórico . . . . .	465
B – Duração e horário de trabalho . . . . .	465
C – A Carta Magna e a CLT . . . . .	465
D – Compensação de jornadas (Banco de horas) . . . . .	467
E – Trabalho a tempo parcial . . . . .	468
F – Turnos de revezamento . . . . .	469
G – Sobreaviso e BIP . . . . .	470
H – Horas <i>in itinere</i> . . . . .	471
I – Horário de trabalho e intervalos compulsórios . . . . .	473
J – Fixação e alteração da jornada de trabalho . . . . .	473
K – Fixação, controle e alteração do horário de trabalho . . . . .	475
L – Trabalho noturno . . . . .	476
M – Trabalho extraordinário . . . . .	477
Capítulo IV – Repouso semanal em feriados . . . . .	483
I – Fundamentos e objetivos . . . . .	483
II – Repouso semanal . . . . .	484
A – Campo de aplicação . . . . .	484
B – Duração e dia do repouso . . . . .	484
III – Feriados civis e religiosos . . . . .	486
IV – Autorizações para o trabalho em dias de repouso . . . . .	487
V – Remuneração dos dias de repouso . . . . .	488
Capítulo V – Férias remuneradas . . . . .	493
I – Fundamentos e objetivo . . . . .	493
II – Antecedentes históricos e universalização . . . . .	494

III – Direito positivo nacional . . . . .	495
A – Campo de aplicação . . . . .	495
B – Período aquisitivo . . . . .	495
C – Período de gozo . . . . .	497
D – Férias coletivas . . . . .	500
E – Remuneração . . . . .	500
F – Efeitos da terminação do emprego . . . . .	502
<b>Capítulo VI – Segurança e medicina do trabalho . . . . .</b>	<b>503</b>
I – Universalização da proteção ao ambiente de trabalho . . . . .	503
II – Direito positivo nacional . . . . .	505
A – Preceitos constitucionais . . . . .	505
B – Legislação infraconstitucional . . . . .	505
C – Insalubridade e periculosidade: conceitos e adicionais . . . . .	507
D – Prevenção dos infortúnios do trabalho . . . . .	510
<b>Capítulo VII – Trabalho da mulher . . . . .</b>	<b>513</b>
I – Internacionalização da proteção ao trabalho feminino . . . . .	513
II – Preceitos constitucionais brasileiros . . . . .	517
III – Legislação ordinária . . . . .	518
<b>Capítulo VIII – Trabalho do menor . . . . .</b>	<b>523</b>
I – Internacionalização da proteção ao trabalho do menor . . . . .	523
A – Considerações preliminares . . . . .	523
B – Primeiras normas internacionais . . . . .	524
C – Ação normativa e prática da OIT . . . . .	526
D – Situação no Brasil . . . . .	529
II – Direito positivo nacional . . . . .	529
A – Normas constitucionais . . . . .	529
B – Conceito de menor trabalhador . . . . .	531
C – Proibições . . . . .	531
D – Duração do trabalho . . . . .	533
E – Aprendizagem . . . . .	534
F – Disposições diversas . . . . .	536

## TÍTULO VI DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

<b>Capítulo I – Organização sindical . . . . .</b>	<b>539</b>
I – Resumo histórico do direito sindical . . . . .	539
II – Convenções da OIT . . . . .	542
III – Sistemas e métodos de atuação sindical . . . . .	546
IV – Organizações sindicais internacionais . . . . .	549
V – A organização sindical no Brasil . . . . .	550
A – Histórico . . . . .	550

B – Liberdade sindical . . . . .	550
C – Unidade e pluralidade sindical . . . . .	552
D – Sindicalização por categoria econômica e categoria profissional . . . . .	554
E – Criação de sindicato . . . . .	557
F – Administração do sindicato . . . . .	560
G – Concentração e desmembramento de categorias . . . . .	561
H – Filiação ao sindicato . . . . .	562
I – Entidades de grau superior . . . . .	563
J – Centrais sindicais . . . . .	565
K – Autonomia sindical . . . . .	569
L – Registro sindical . . . . .	572
M – Representação e substituição processual . . . . .	578
N – Contribuições sindicais . . . . .	582
<b>Capítulo II – Interação empregado-empresa . . . . .</b>	<b>589</b>
I – Histórico . . . . .	589
II – Sistemas . . . . .	590
III – Considerações gerais . . . . .	593
IV – A interação no Brasil . . . . .	595
<b>Capítulo III – Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho . . . . .</b>	<b>599</b>
I – Histórico . . . . .	599
II – Condições de êxito da negociação coletiva . . . . .	600
III – Normas internacionais . . . . .	602
IV – Sistema legal brasileiro . . . . .	603
A – A Constituição e a flexibilização de direitos . . . . .	603
B – Modalidades, sujeitos e objeto da contratação coletiva . . . . .	606
C – Natureza jurídica . . . . .	609
D – Incidência e eficácia jurídica . . . . .	611
<b>Capítulo IV – Direito de greve . . . . .</b>	<b>613</b>
I – Histórico e reconhecimento do direito de greve . . . . .	613
II – Conceito de direito de greve . . . . .	618
III – Direito positivo brasileiro . . . . .	619
A – Campo de aplicação . . . . .	619
B – Definição e sujeito ativo . . . . .	622
C – Objeto e greves impróprias . . . . .	623
D – Oportunidade e procedimento . . . . .	625
E – Serviços essenciais . . . . .	627
F – Suspensão do contrato de trabalho . . . . .	630
G – Abusos e responsabilidades . . . . .	631
<b>Índice Onomástico . . . . .</b>	<b>637</b>
<b>Índice Alfabético Remissivo . . . . .</b>	<b>641</b>